



FRANÇA EM CRISE

O "fico" de Macron

No dia seguinte à moção de censura que levou à destituição do premiê Michael Barnier, o chefe de Estado promete concluir o mandato em 2027. Ele denuncia a atuação de uma frente antirrepublicana formada pela esquerda e pela extrema-direita

Emmanuel Macron está decidido a permanecer, no Palácio do Eliseu, apesar da mais grave crise política em sete anos de governo. No dia seguinte à destituição do primeiro-ministro conservador Michel Barnier, que não sobreviveu a uma moção de censura por parte de deputados da esquerda e da extrema-direita, o presidente da França fez um aguardado discurso televisionado, durante o qual negou a intenção de renunciar e anunciou que nomeará o substituto de Barnier "nos próximos dias". Enfraquecido no poder, Macron avisou: "O mandato que vocês me confiaram democraticamente é de cinco anos, e o cumprirei integralmente até o final". O mandato presidencial se encerra em 2027.

Macron responsabilizou uma "frente antirrepublicana" pela queda de Barnier. "A extrema-direita e a extrema-esquerda se uniram" para provocar a destituição do primeiro-ministro e "para semear a desordem". De acordo com o presidente, o escolhido para o posto de premiê terá a incumbência de "formar um governo de interesse geral que represente todas as forças políticas de um arco de governo em que ele possa participar, ou, ao menos, que se comprometa a não censurá-lo".

A rejeição ao orçamento de 2025 proposto por Barnier precipitou sua queda. O projeto incluiu medidas de austeridade consideradas inaceitáveis para a maioria da Assembleia Nacional (Parlamento) francesa. O primeiro-ministro defendia o orçamento como indispensável para a estabilização das finanças do país. Com a moção de censura, todo o plano financeiro do Palácio do Eliseu foi paralisado, o que levou à renovação automática do atual orçamento para o ano seguinte.

Cobrança

A presidente da Assembleia Nacional, Yaël Braun-Pivet, foi recebida por Macron, ontem, e disse esperar que o sucessor de Barnier seja "nomeado rapidamente" para "não deixar que a incerteza se instale".

Também ontem, o líder de

Ludovic Marin/AFP



centro-direita manteve uma reunião com Barnier no Palácio do Eliseu. A moção de censura, apresentada pela esquerda radical e apoiada pelo partido de extrema-direita Reagrupamento Nacional (RN), de Marine Le Pen, foi a primeira a ser aprovada pela Assembleia Nacional desde a derrota do governo de Georges Pompidou, em 1962, durante a presidência de Charles De Gaulle (1944-1946 e 1959-1969).

O presidente de centro-direita recebeu o premiê destituído no Palácio do Eliseu, um dia após o Parlamento votar uma moção de censura contra seu governo apresentada pela esquerda radical e apoiada pelo partido extrema direita Reagrupamento Nacional (RN) de Marine Le Pen.

O clima de incerteza na França ocorre antes da reabertura, amanhã, da Catedral de Notre-Dame, restaurada após o incêndio de 2019. Ontem, uma série de

Ludovic Marin/AFP



Projeção na fachada da catedral de Notre-Dame, às vésperas da reabertura

projeções foi feita na fachada da igreja, em Paris, um ensaio para a cerimônia de reinauguração, que contará com a presença de vários líderes internacionais, incluindo

o presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump.

Não há indícios de quanto tempo Macron levará para nomear o sucessor de Barnier ou

qual será sua orientação política. Entre os potenciais candidatos ao cargo estão o ministro da Defesa, Sebastien Lecornu, e o ex-premiê socialista Bernard Cazeneuve.

A esquerda, o centro e a direita parecem estar longe de chegar a um acordo sobre um novo governo de coalizão. Para os centristas e a direita, trabalhar com os socialistas e os ecologistas significa que esses últimos precisam se distanciar do partido de esquerda radical A França Insubmissa (LFI), com o qual formam a Nova Frente Popular (NFP), a principal força da Assembleia.

O LFI anunciou, ontem, que o seu partido censuraria qualquer primeiro-ministro que não viesse da aliança de esquerda. No entanto, a esquerda radical exige, sobretudo, a demissão do chefe de Estado e eleições "presidenciais antecipadas".



O mandato que vocês me confiaram democraticamente é de cinco anos, e o cumprirei integralmente até o final (em 2027)"

Emmanuel Macron, presidente da França

Compromissos

Socialistas e ecologistas afirmam estar dispostos a firmar compromissos com o bloco central, que se comprometeria, em contrapartida, a não censurar um governo de esquerda.

A extrema-direita, que desempenha o papel de árbitro e precipitou a censura de Barnier, garante que deixará o futuro chefe de governo "trabalhar" para "reconstruir um orçamento aceitável para todos".

A França ficou sem governo durante várias semanas após as eleições antecipadas de julho, que resultaram em uma Assembleia Nacional (Câmara baixa) sem majorias claras e dividida em três blocos irreconciliáveis (esquerda, centro-direita e extrema-direita).

Uma possibilidade para a solução da crise na França seria a nomeação de um governo técnico até as próximas eleições legislativas, um dispositivo usado na Itália em várias ocasiões. Esse governo se dedicaria à administração cotidiana e à cobrança de impostos, mas enfrentaria o obstáculo no Parlamento do orçamento de 2025, que provocou a queda de Barnier.

Cada vez mais vezes, da esquerda, mas também do partido conservador Os Republicanos (LR, pela sigla em francês), consideraram que a única saída para a crise inclui a renúncia de Macron e uma antecipação da eleição presidencial.

COREIA DO SUL

Partido governista votará contra impeachment do presidente

» RODRIGO CRAVEIRO

Se depender do conservador Partido do Poder Popular, no governo desde 2022, o presidente da Coreia do Sul, Yoon Suk Yeol, permanecerá no cargo mesmo depois de provocar uma turbulência política sem precedentes na era da democratização. A legenda oficialista anunciou que votará contra o processo de impeachment de Yoon, que impôs uma lei marcial na última terça-feira. A votação está marcada para as 19h de amanhã (7h em Brasília). A medida durou apenas seis horas e foi cancelada por uma sessão de emergência da Assembleia Nacional (Parlamento). A destituição de Yoon exige que pelo menos oito deputados do Partido do Poder Popular votem a favor da moção, um requisito para se alcançar os dois terços necessários para a aprovação.

Yoon decretou lei marcial sob a alegação de ameaças das "forças comunistas da Coreia do Norte" e de "elementos antinacionais" dentro do país. Ele não detalhou, no entanto, as supostas ameaças. O presidente será investigado pelo crime de "insurreição". Se condenado, poderá ser punido até com

prisão perpétua ou pena de morte, pois o delito transcende a imunidade presidencial.

Choo Kyung-ho, líder parlamentar da legenda governista, confirmou que "os 108 deputados do Partido do Poder Popular permanecerão unidos para rejeitar a destituição do presidente". Ele prometeu trabalhar para "evitar a aprovação da moção de (impeachment)", mas deixou claro que isso não significa "defender a lei marcial inconstitucional do presidente". Caso haja uma desobediência de parte dos parlamentares oficialistas e o processo de destituição passe pela Assembleia Nacional, o presidente ficará suspenso e sua função será ocupada pelo primeiro-ministro, até que a Corte Constitucional avalie a situação em um prazo de 180 dias. Caso o tribunal confirme o afastamento definitivo de Yoon, novas eleições presidenciais serão marcadas em até 60 dias. O ministro da Defesa, Kim Yong-hyun, apresentou o pedido de demissão ao presidente Yoon, o qual foi prontamente aceito.

Yesola Kweon, professora de ciência política e diplomacia da Universidade Sungkyunkwan

Jung Yeon-je/AFP



Manifestantes participam de vigília pela saída de Yook Suk Yeol

(em Seul), explicou que a manobra dos partidos de oposição para tentarem destituir o presidente Yoon é uma consequência inevitável de sua tentativa fracassada de imposição da lei marcial. "A maioria das pessoas, incluindo muitas do partido governista,

concordam que a atitude do presidente foi inconstitucional e inválida. Por consequência, a decisão de Yoon infligiu um dano irreversível, tanto à sua reputação pessoal, quanto à legitimidade de seu governo", afirmou ao **Correio**, por e-mail.

A estudiosa considera incerta a aprovação do impeachment na votação de amanhã. "Embora muitos integrantes do partido no poder reconheçam a inconstitucionalidade da lei marcial, a posição oficial do partido é contrária ao impeachment", observou Yesola. De acordo com ela, as próximas horas serão cruciais para persuadir legisladores governistas a apoiarem os esforços de destituição.

Ainda segundo Yesola, a imprensa sul-coreana divulgou que o ministro da Defesa, Yong-hyun Kim, o qual acaba de renunciar, propôs a declaração da lei marcial ao presidente. "O plano foi partilhado com um seleto número de funcionários, deixando até mesmo líderes militares de alto escalão desinformados. Alguns especialistas atribuem o fracasso da tentativa de lei marcial à falta de coordenação entre as várias unidades militares." A professora Universidade Sungkyunkwan não vê motivo para alívio. Ela defende que, para evitar um precedente perigoso, o presidente Yoon e assessores envolvidos na crise devem ser responsabilizados. "Yoon deveria enfrentar o impeachment", cobrou.

Eu acho...

Arquivo pessoal



"Esta é, inevitavelmente, uma das mais graves crises políticas enfrentadas pela Coreia do Sul desde a democratização. Para muitos sul-coreanos, as seis horas sob a lei marcial, em 3 de dezembro, reavivaram memórias dolorosas dos regimes militares opressores das décadas de 1970 e 1980. Felizmente, a lei marcial foi rapidamente anulada por meio dos esforços colaborativos dos legisladores dos partidos no poder e da oposição. Os cidadãos também se reuniram em frente à Assembleia Nacional, exigindo que a lei marcial fosse declarada inconstitucional e inválida. O episódio destaca a resiliência da democracia da Coreia do Sul."

Yesola Kweon, professora de ciência política e diplomacia da Universidade Sungkyunkwan (em Seul)